

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 16.10.2020

Desenvolvimento integrado e promoção mútua entre Hengqin e Macau

Neste primeiro plenário da 4.^a sessão legislativa desta legislatura, deixo primeiro os meus votos de bom trabalho e saúde!

O título da minha intervenção é “Desenvolvimento integrado e promoção mútua entre Hengqin e Macau”.

No dia 14 de Outubro, durante a cerimónia do 40.º aniversário da Zona Económica Especial de Shenzhen, o Presidente Xi Jinping assinalou que há que concretizar plena e rigorosamente a política “Um País, Dois Sistemas”, e promover o desenvolvimento integrado e a promoção mútua entre o Interior da China, Hong Kong e Macau. Referiu que a construção da Grande Baía é uma estratégia importante do desenvolvimento do País, portanto, há que aproveitar esta oportunidade para promover a acoplagem das regras e mecanismos de funcionamento económico dos 3 locais, e acelerar a construção da “zona de consolidação da cooperação Guangdong-Macau” em Hengqin. Há que potenciar a plataforma de cooperação Guangdong-Hong Kong-Macau, para atrair mais jovens de Hong Kong e Macau a estudar, trabalhar e viver no Interior da China, promovendo-se assim o contacto, intercâmbio e integração ampla, plena e profunda entre os jovens dos 3 locais.

Em Dezembro de 2019, o Departamento da Construção e Protecção Ambiental da Zona Nova de Hengqin atribuiu, pela primeira vez, a empresas e profissionais de Macau, o Certificado de Registo de Empresas de Construção Civil e de Consultoria de Construção Civil de Macau, e o Certificado de Registo para Exercício de Profissões em Construção Civil na Zona Nova de Hengqin, abrindo novo caminho para os profissionais de Macau deste sector exercerem a profissão na referida zona. Até 15 de Outubro deste ano, 26 empresas e 111 profissionais da construção civil, de Hong Kong e Macau, obtiveram o certificado. Estas políticas novas de abertura de Hengqin têm um papel positivo na atracção de jovens de Macau a trabalhar e viver lá, e estão a promover a integração da Grande Baía, através do projecto-piloto de Hengqin. Apresento 4 sugestões, para referência dos serviços competentes:

1. O Interior da China (Hengqin) é muito atractivo para as empresas de Macau, porque tem os terrenos e recursos humanos de que Macau carece. Se as empresas registadas em Macau forem autorizadas a operar em Hengqin e se forem concedidos benefícios fiscais a empresas e particulares de acordo com o sistema fiscal de Macau, será mais fácil captar quadros qualificados e especializados, bem como recursos humanos do Interior da China para trabalharem em Hengqin.

2. Permitir que as sucursais de empresas estrangeiras ou de Macau, estabelecidas em

Hengqin, Zhuhai, recorram à intranet das próprias empresas para troca de informações em tempo real, contribuirá para atrair empresas internacionais a estabelecerem sucursais em Hengqin e para atrair mais profissionais locais e estrangeiros a desenvolverem os seus negócios em Hengqin, o que será propício ao desenvolvimento diversificado das indústrias de Macau e ao aproveitamento dos escritórios vagos no novo distrito de Hengqin (onde há uma área de cerca de 3 milhões de metros quadrados para escritórios).

3. Quanto aos profissionais do interior ou exterior, contratados por empresas estrangeiras ou de Macau para trabalharem em Hengqin, pode seguir-se o modelo de "vistos de entradas múltiplas" para residentes permanentes de Shenzhen em Hong Kong, permitindo que os profissionais que trabalham em Hengqin se desloquem a Macau com vistos de entradas múltiplas, para que possam vir até cá para intercâmbio ou passar as férias. A permissão de livre entrada entre Hengqin e Macau contribuirá para alargar o espaço de vida em Hengqin.

4. Por outro lado, sugiro que se melhore, ainda mais, os procedimentos de desalfandegamento e o transporte. Para Hengqin e Macau, a captação de empresas e talentos estrangeiros para Hengqin exige uma mentalidade aberta e inovadora, bem como um desenvolvimento integrado, o que só beneficiará uma situação win win e o progresso mútuo.

IAOD dos Deputados Ma Chi Seng e Fong Ka Chio em 16.10.2020

Desenvolver Hengqin no âmbito do aprofundamento da cooperação entre Zhuhai e Macau

“Redigir bem o texto sobre a cooperação entre Zhuhai e Macau no desenvolvimento de Hengqin é alargar os espaços e induzir uma nova força motriz no desenvolvimento a longo prazo de Macau” é o desejo do presidente Xi Jinping para o futuro desenvolvimento de Macau, e o Governo elegeu a exploração de Hengqin como uma das prioridades das LAG. Com a celebração do 40.º aniversário da criação da Zona Económica Especial de Zhuhai, assinala-se uma nova era, com novas acções, e a grande oportunidade de desenvolvimento conjunto de Zhuhai e Macau consiste em acelerar a construção da zona de cooperação aprofundada entre Guangdong e Macau na Ilha de Hengqin.

A cooperação entre Zhuhai e Macau para a exploração de Hengqin já deu alguns resultados, aperfeiçoaram-se mecanismos, estreitaram-se relações comerciais e económicas e facilitou-se o fluxo de pessoas. A entrada em funcionamento do posto fronteiriço de Hengqin, a retoma das carreiras marítimas de Wanzhai e a construção, a todo o vapor, da segunda fase do acesso para automóveis do posto fronteiriço de Hengqin e da ligação entre o campus da Universidade de Macau e o posto fronteiriço de Hengqin representam a subida de mais um patamar na cooperação.

Assim sendo, proponho o seguinte:

1. Novas mentalidades para novas explorações. Em paralelo com a melhoria das diversas infra-estruturas transfronteiriças, deve insistir-se na luta por políticas de apoio nacionais, na rápida definição de um sistema conjunto de negociação, construção e gestão, em estudos sobre a articulação eficaz na aplicação dos direitos civis e comerciais aos residentes de ambas as regiões, na implementação de medidas para aperfeiçoar os serviços ao público e as garantias sociais, na sistematização das garantias na cooperação para o desenvolvimento de Hengqin, e no acelerar da construção do “Novo Bairro de Macau”, para promover o aumento da qualidade de vida aos residentes de Macau que vivem, estudam e trabalham em Hengqin. Na visita que fez a Pequim em Agosto, o Chefe do Executivo Ho Iat Seng apresentou, na qualidade de chefe da delegação, o ponto de situação sobre o desenvolvimento da zona de cooperação aprofundada de Hengqin e exortou o Governo a promover e anunciar medidas que facilitem a circulação dos residentes das duas regiões e aprofundem a cooperação entre Macau e Zhuhai.

2. Investigações e estudos para apurar os reais benefícios de Hengqin. Até 25 de Agosto, estavam registadas em Hengqin 3003 empresas de Macau, envolvendo um capital de 85 mil 180 milhões de renminbi, das quais 819 se registaram este ano, o que corresponde a um aumento de 130,7% relativamente a período homólogo, atingindo o capital de 9 mil 982 milhões de renminbi, o que corresponde a um crescimento de

240,92% relativamente a período homólogo. O capital estrangeiro em Hengqin é predominantemente de empresas de Macau, assim, o Governo deve fazer um inquérito para ficar a conhecer a situação real, as dificuldades, as actividades e a dimensão dessas empresas, para, com base nesses dados, lançar medidas objectivas nas áreas financeiras, fiscais e recursos humanos, de modo a otimizar, com pragmatismo e precisão, o ambiente de negócios de Hengqin.

3. Inovar na cooperação entre as duas regiões, tendo como sujeito os jovens. No âmbito do desenvolvimento de Hengqin, continuar a lançar acções de intercâmbio e cooperação entre jovens, tendo especialmente como temas a iniciativa e o empreendedorismo, as indústrias culturais e criativas e as associações juvenis, de forma a criar uma plataforma de cooperação entre os jovens das duas regiões, para, através de intercâmbios aprofundados, criar projectos de artesanato que permitam aos jovens sentimentos de participação e de mérito no desenvolvimento de Hengqin e conhecimento sobre as oportunidades oferecidas, servindo de recursos humanos de reserva para a nova era de desenvolvimento integrado da Grande Baía.

2020-10-16 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

"A importância da imagem dos Tribunais na sociedade."

Prezo imenso, de ao longos dos anos ter sempre batalhado e defendido pela independência dos tribunais.

É fundamental afirmar, repetidamente, a separação entre o poder judicial e o poder político. Em particular, a independência dos tribunais relativamente ao órgão do poder executivo ou seja, o Governo.

Esta é a única maneira de limitar os abusos de poder. E assim, tem sido na RAEM. Os tribunais têm-se mostrado no essencial independentes ao longo de mais de duas décadas com um quadro de excelentes profissionais que como magistrados muito têm dignificado a RAEM.

Nunca na minha vida interfeiri num processo judicial ou em qualquer processo concreto ou para influenciar o resultado de qualquer julgamento.

A minha intervenção de hoje, é uma análise genérica, dignificadora, abrangente e respeitadora sobre o funcionamento geral dos tribunais e incidindo-se em certa cultura judiciária nos processos crime, isto é, ao modo como os tribunais se comportam de uma maneira geral com os arguidos e os seus defensores.

Os tribunais exercem um poder público, mas estão subordinados aos factos concretos e à lei. Quem tem o poder de aplicar a lei tem de dar o exemplo de a respeitar.

Numa sociedade livre e com protecção de direitos fundamentais, os tribunais estão, como qualquer outro detentor de poder público, sujeitos a um olhar crítico por todos nós, quer sejam cidadãos, jornalistas, deputados e até os turistas que nos visitam. A sociedade olha todos os dias sobre o funcionamento dos tribunais. Elogia, comenta e critica.

Nos últimos tempos, lemos nos meios de comunicação social chineses, portugueses e ingleses, as descrições de alguma dureza da parte de alguns tribunais, feitas por muitos advogados, jornalistas e por cidadãos que assistem aos julgamentos.

Não falo da dureza nas penas, mas a dureza na forma como se dirigem aos arguidos que são seres humanos e que merecem ser respeitados com toda a dignidade humana. No fundo, estamos a falar de seres humanos e que merecem todo o respeito.

Temos lido e ouvido relatos de alguns juizes a dar lições de moral a arguidos, a levantar-lhes a voz, a mandar calar os defensores e a tratar os arguidos como se já estivessem condenados, criticando-os e rebaixando-os.

Não devemos nunca esquecer que na RAEM, todos os arguidos beneficiam da presunção de inocência. Esta presunção de inocência mantém-se do princípio ao fim do processo. Mesmo e inclusivamente depois do julgamento mantém-se esta presunção de inocência até que os recursos sejam decididos.

Quando falamos com um arguido, falamos com uma pessoa que temos de presumir que à partida é inocente. Se fosse para o tratar como um condenado, não valia a pena fazermos julgamentos.

Os arguidos têm de ser tratados com todo o respeito. Os tribunais não existem para dar lições de moral, nem os juizes estão mais habilitados do que os outros cidadãos para discutir ética e ensinar valores éticos aos cidadãos.

Como jurista, posso garantir que os cursos de direito não ensinam moral, ética ou filosofia, excepto numas notas introdutórias.

Compete isso sim, à sociedade fazer juízos éticos sobre a conduta das pessoas, não aos tribunais. Os tribunais julgam os factos e aplicam a lei. Não ensinam moral, nem devem fazer crítica moral, ou fazer considerações sobre o carácter de cidadãos que são presumidamente inocentes.

Os juizes não estão acima dos cidadãos. Como nós deputados não estamos. Aliás os cidadãos são os "patrões" dos deputados e estes a eles prestam contas.

Os poderes executivos, legislativos e judiciais não são poderes "divinais". São os cidadãos que estão sempre no topo da pirâmide. Nós, os deputados servimos os cidadãos. Os tribunais não podem comportar-se como se houvesse uma hierarquia entre juizes e cidadãos. Tal não dá respeito nem crédito à Justiça. O respeito conquista-se, não se impõe.

Por exemplo, muitas vezes lemos nos meios de comunicação social que as pessoas são condenadas para que na prisão possam reflectir sobre o que fizeram, e isso não é correcto. As penas devem exprimir a gravidade do crime e o passado do arguido, nos termos da lei. Ninguém deve ir para a prisão para ter

a oportunidade de pensar. Todos nós reflectimos muito neste hemiciclo, mas pensamos em liberdade.

Ninguém pensa mais ou melhor por estar preso.

Mais grave, acontece de vez em quando, poder ler nos jornais e por diversas vezes, magistrados dizerem aos arguidos que só foram absolvidos porque não houve prova, mas que isso não quer dizer que não tenham cometido o crime!

As pessoas só podem ser condenadas se houver prova. Se não houver prova, são absolvidos e devem sair do tribunal inocentados.

Não é correcto um tribunal dizer, “você é absolvido, mas se calhar não está inocente”. Desta forma, sai-se sempre condenado, mesmo quando se foi absolvido!

A independência dos tribunais é fundamental. Mas essa independência traz responsabilidades. Os magistrados têm de pensar no grande poder que têm, e honrar esses poderes usando de contenção e elevação no modo como se dirigem às pessoas. Isto pode acontecer a qualquer um. A justiça é para todos.

Como afirmei no início, tenho, como cidadão, jurista e deputado, um enorme respeito pelos nossos magistrados que são excelentes profissionais e pelos tribunais.

Por isso, espero que o modo de realização da Justiça continue a melhorar e que todos os tribunais assumam a sua responsabilidade social e compreendam bem o seu papel e o importante contributo que podem dar à sociedade.

Muito Obrigado!

O Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau aos 16 de Outubro de 2020.

José Pereira Coutinho

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 16.10.2020

O Governo deve aumentar a oferta de habitações públicas para resolver as dificuldades de habitação

O Governo está a realizar uma consulta pública sobre o “Plano de habitação para a ‘classe sanduíche’”, a fim de estudar a construção de uma escada razoável para compra de habitação, dando resposta às necessidades habitacionais da “classe média”, dos jovens e dos residentes com diferentes rendimentos. Nos últimos anos, com o aumento da reserva de terrenos, o Governo tem condições para estudar mais formas de apoiar os residentes na aquisição de habitação própria, mas deve-se ainda planear e reservar terrenos adequados para a construção de habitações para idosos, entre outros, pois só assim é que se pode resolver o problema da subida dos preços dos imóveis e das dificuldades habitacionais dos residentes.

Os dados mostram que o preço médio por metro quadrado das fracções autónomas habitacionais transaccionadas em 2010 era de 31 016 patacas, e registou-se um aumento de quase três vezes, em 2019, para 107 522 patacas. No entanto, durante esse período, o salário mediano aumentou de 9000 para 17 000 patacas, portanto, os rendimentos não acompanharam o aumento do preço dos imóveis. Embora o “Regime jurídico da habitação social” e a “Lei da habitação económica” tenham sido concluídos sucessivamente, e esta última tenha implementado o regime de candidatura permanente, a política de habitação pública não é só um aperfeiçoamento do regime, e o ponto-chave é garantir a oferta. No final do ano passado, o Governo realizou novamente, 6 anos depois, a candidatura a habitação económica. O número total de pedidos, instruídos com os documentos necessários, foi de 37 487, mas foram disponibilizadas 3011 fracções de habitação económica (760 fracções de tipologia T1, 998, de tipologia T2, e 1253, de tipologia T3). Devido à limitação do seu número, os candidatos que necessitam de apoio de habitação pública, na sua maioria, não têm outra alternativa a não ser ficar à espera da próxima ronda de candidaturas. Quanto à concepção da habitação da classe sanduíche em consulta, por um lado, ainda se aguarda o consenso do público sobre a definição do conceito, as condições de candidatura, etc., por outro, o Governo ainda não tem um planeamento concreto sobre os terrenos, nem prevê o número de oferta, etc. Prevê-se que seja difícil a sua implementação a curto prazo. Assim, os residentes continuam a esperar que o Governo promova, de forma activa, mais habitações económicas para a candidatura.

Na prossecução da política em que a habitação social assume um papel importante, o aumento da sua oferta, nos últimos anos, conseguiu satisfazer basicamente a procura, só que a oferta de habitação económica continua extremamente insuficiente. Em 2011, foram concluídas mais de 10 mil habitações económicas, mas muitas foram vendidas aos agregados familiares da lista de espera de 2005 ou de anos anteriores. Nos últimos dez anos, o Governo colocou em concurso público habitação económica para os residentes requerem, mas o número não foi suficiente para desenvolver a sua função, que é um instrumento de controlo dos preços das habitações privadas, por isso, os preços dos imóveis entraram em subida constante, o que levou ao aumento da procura de habitação económica.

A implementação eficaz da política de habitação para a “classe sanduíche” dá mais uma opção aos residentes, consoante as próprias condições, mas a sociedade receia que, ao acrescentar mais uma “escada” para a aquisição de habitação, se as quantidades dessas habitações forem limitadas, isso irá levar ao aparecimento de mais conflitos sociais. Mais, receia a possibilidade de um arrastamento na construção das habitações, com vários projectos ao mesmo tempo, aguardando assim que as autoridades competentes concretizem melhor os seus trabalhos. Espera ainda que o Governo adopte medidas adequadas, nomeadamente, defina o número de habitações públicas a disponibilizar e o respectivo plano de construção para cada ano, e um prazo para os residentes ocuparem a habitação, pois só assim será possível resolver as necessidades de habitação da população. Tendo em conta que muitos dos candidatos são agregados familiares com dois ou mais elementos, o Governo deve aumentar a área da habitação económica, construindo mais fracções de tipologia T2 ou superior, para dar resposta às políticas “favoráveis” às famílias, incentivar o aumento da taxa de natalidade e cuidar dos idosos nos bairros onde vivem, resolvendo assim o problema da atribuição inadequada das tipologias aos candidatos.

IAOD do Deputado Leong Sun Iok em 16.10.2020

Há quase nove meses que Macau está sob o impacto da COVID-19, e a população está preocupada com o declínio económico, dificuldades em arranjar emprego, e redução de rendimento dos residentes e das empresas. Recentemente, o Chefe do Executivo respondeu às solicitações da Federação das Associações dos Operários de Macau, adiantando que as medidas de benefício, como a comparticipação pecuniária, vão continuar no próximo ano, mas não referiu os montantes. A comparticipação pecuniária alivia efectivamente a pressão dos residentes, portanto, espero que o montante não diminua. Mais, face à realidade económica, há que estudar o lançamento da 3.^a ronda de medidas de apoio, para promover a economia, estabilizar o emprego, e ultrapassar as dificuldades.

No dia 23 do mês passado, foi retomado o tratamento das formalidades para os vistos individuais para Macau, de todos os residentes do Interior da China, porém, durante a semana dourada do Dia Nacional, o número de turistas nos primeiros sete dias caiu 86% relativamente à média anual, um grande contraste em comparação com as cidades cheias no Interior da China. O vazio no mercado do turismo de Macau deve-se às medidas mais rigorosas de prevenção da epidemia adoptadas pelas cidades do Interior da China para as pessoas que regressam de Macau, e à não recuperação dos pedidos de vistos individuais electrónicos e transregionais. Estas situações afectam a vontade de visitar a Macau, e, sendo assim, é difícil prever quando é que a economia vai recuperar.

A recessão económica é uma pressão para a população, por isso, muitos residentes estão atentos à proposta de orçamento e esperam pelo apoio do Governo. Há dias, numa audiência com a Federação das Associações dos Operários de Macau, o Governo afirmou que as despesas necessárias à vida da população não vão ser reduzidas, e que o Plano de Comparticipação Pecuniária, as subvenções da água e da electricidade e os vales de saúde, entre outras medidas relacionadas com o bem-estar dos residentes de Macau, vão manter-se no próximo ano. A fim de aliviar a pressão da população durante a recessão económica e as suas dificuldades, concordo com a continuidade do Plano de Comparticipação Pecuniária, entre outras medidas benéficas à população. Por outro lado, actualmente, muitos residentes vivem em Zhuhai e, devido ao trabalho ou outras razões, têm de se deslocar frequentemente entre Macau e Zhuhai. Segundo as normas de inspecção sanitária vigentes em Macau e Zhuhai, o teste do ácido nucleico tornou-se uma despesa indispensável para a vida quotidiana. Espero que o Governo reduza as taxas dessa inspecção para aliviar os encargos dos residentes.

Para além das medidas indispensáveis que beneficiam a população, o Governo deve ainda apoiar os residentes a resolver o problema do desemprego. Entre Junho e Agosto, a taxa de desemprego dos residentes atingiu 4%, a população desempregada atingiu 11 mil e 500 pessoas e a população subempregada aumentou para 15 mil. Neste momento, verifica-se uma grande redução dos postos de trabalho no sector do jogo, no segundo trimestre, havia apenas 25. A remuneração média por ramo de actividade económica ou tipo de trabalho decresceu, pelo que as receitas globais do comércio a retalho diminuíram 15,7%.

Algumas empresas estão em dificuldades, é provável que haja reduções de pessoal e de novas contratações, portanto, aumentam as dificuldades dos residentes em conseguir emprego.

O Governo deve então continuar com o Plano de formação subsidiada, apoiando os desempregados na reintegração no mercado de trabalho. Ao criar mais postos de trabalho na construção civil, através do aumento das obras públicas, há que fiscalizar, de perto, a situação de contratação de trabalhadores locais. Mais, os postos de trabalho na construção civil nem sempre são adequados para todos, sobretudo tendo em conta que a maioria dos recém-desempregados provém dos sectores do jogo, hotelaria e venda por grosso e a retalho, assim, as autoridades devem proceder bem às colocações e reforçar as políticas de gestão dos trabalhadores não residentes, por forma a assegurar a prioridade dos locais no acesso ao emprego. Mais, devem ainda procurar sectores e postos de trabalho em que haja procura de mão-de-obra e que sejam atractivos para os locais. Devem também reforçar a formação profissional e ponderar lançar, em cooperação com as empresas qualificadas, planos de ingresso e formação em serviço, apoiando-as a contratar, em primeiro lugar, trabalhadores locais em regime de estágio, com vista a que, através da combinação entre a teoria e a prática, as acções de formação e as colocações sejam mais práticas e eficazes, contribuindo, assim, para o acesso dos residentes ao emprego.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 16.10.2020

Decorre neste momento a consulta pública sobre o “Regime de prevenção e controlo do consumo de bebidas alcoólicas por menores”. Agora, os jovens podem estar em contacto com bebidas alcoólicas e tabaco em diferentes locais, por isso, dever haver um melhor controlo para reforçar o combate à droga e ao fumo, e, também, para a proibição do álcool. Assim, a limitação do consumo de álcool por menores é urgente e, segundo um inquérito, a idade média dos jovens que ingerem bebidas alcoólicas pela primeira vez em Macau é de 10,7 anos, e a percentagem dos que ingerem álcool é de cerca de 80 por cento, muito superior à média das regiões vizinhas e do mundo, o que nos preocupa.

Todos os sectores da sociedade apoiam, assim, o lançamento do referido regime e, mesmo nas consultas realizadas junto dos sectores envolvidos, estes não se opuseram à respectiva legislação e reconhecem a sua necessidade. Mas consideram que o articulado deve ser claro, para que os profissionais do sector se possam coordenar facilmente e reduzir as situações de violação não intencional da lei. Actualmente, há no mercado muitas cervejas e bebidas alcoólicas, com grandes desenhos de frutas e falta de advertência, o que leva os jovens a pensar que o álcool é igual ao sumo normal. A maior parte das pessoas não consegue distinguir se se trata de uma bebida alcoólica ou não.

Na definição do texto de consulta, “Bebida alcoólica” é toda a bebida que, por fermentação, destilação ou adição, contenha uma taxa alcoométrica superior a 1,2% vol. Mais, é proposto que os rótulos, de maior tamanho, de todas as bebidas alcoólicas a vender na RAEM devem apresentar, de forma bem visível, o teor alcoólico, por percentagem do volume. Porém, o conceito de “Bebida alcoólica” não está claramente definido, por isso não deve ser utilizado o teor alcoométrico como critério, pois deve ser proibida a venda de todas as bebidas com álcool.

Actualmente, a maioria das cervejas com sumo de fruta têm uma concentração de álcool abaixo de 1,2 por cento. Se, no futuro, o pessoal das lojas ou supermercados tiver de examinar a concentração de álcool nas bebidas, no pagamento da conta, esse processo, além de ser mais complexo, pode levar também os jovens a pensar que podem consumir bebidas com álcool. Essa medida de proibição é o mesmo que proibir a venda de todos os produtos de tabaco a menores de 18 anos no combate ao tabagismo. Também não se pode permitir a venda de tabaco quando a nicotina for inferior a certo nível, sob pena de as fronteiras da lei se tornarem obscuras.

Em Macau, já existe a experiência da proibição do fumo. Desde que haja consenso na sociedade para não se venderem bebidas alcoólicas a menores, com sensibilização e educação, os jovens podem facilmente ter consciência e compreender os malefícios do consumo de bebidas alcoólicas. Acredita-se que a implementação do sistema vai contribuir muito para o crescimento saudável das gerações futuras, por isso, espero que, depois da consulta, se acelere o ritmo do processo legislativo para assegurar a saúde física e psicológica dos jovens de Macau.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 16.10.2020

Desde o início da Covid-19, a economia geral tem sofrido uma grave recessão. Neste mês, apesar da “semana dourada” do Dia Nacional, a situação da entrada de turistas não foi satisfatória. Durante os oito dias da “semana dourada”, apenas 156 mil turistas visitaram Macau, um decréscimo significativo de 86 por cento em relação ao ano passado. A taxa de ocupação hoteleira foi de 43,6 por cento, menos 50,4 por cento em comparação com o ano anterior, não voltando ainda à prosperidade do passado. Os diversos sectores sociais estão muito atentos à recuperação do turismo e esperam que o Governo possa lançar mais políticas e medidas, para eliminar as barreiras que impedem a entrada de turistas.

Para facilitar a entrada de turistas do Interior da China, sugiro ao Governo que negocie com as respectivas autoridades de prevenção de epidemias sobre o prolongamento para 14 dias do resultado do teste de ácido nucleico, retome a marcação prévia *online* para a emissão de vistos de viagem e reforce a divulgação de que Macau é uma cidade segura com medidas preventivas suficientes, para elevar a vontade dos turistas de a visitar. Espero, ainda, que o Governo formule mais propostas, consoante as necessidades dos turistas e do mercado, como o aproveitamento dos megadados e de diferentes plataformas *online* para lançar pacotes de prendas com “características” ou “marcas” de Macau, a fim de elevar a experiência e o encanto turísticos, incentivar mais turistas a visitarem Macau para consumir, aliviar a pressão das finanças públicas e ajudar a recuperação dos sectores.

Para ajudar os residentes e as empresas a ultrapassar as dificuldades, o Governo lançou duas rondas de medidas de apoio contra a epidemia, salvaguardando o bem-estar da população e aliviando a pressão das empresas. Assim, sugere-se o lançamento da terceira ronda dessas medidas, por exemplo, os cartões de consumo, para estimular a economia local e a procura interna. Espera-se que o Governo, tendo em conta a evolução da epidemia e as dificuldades dos residentes, continue com o Plano de Comparticipação Pecuniária e os Subsídios para Idosos e de Invalidez, que têm sido aplicados durante anos.

A epidemia faz destacar os problemas da não diversificação das indústrias e da dependência excessiva do jogo e do turismo, daí a necessidade de acelerar a diversificação adequada da economia e das indústrias locais. Macau é uma micro economia, assim, a participação na construção da Grande Baía pode fornecer-lhe espaço e oportunidades de desenvolvimento. No futuro, o Governo deve promover proactivamente a concretização do posicionamento de “um centro, uma plataforma e uma base” e reforçar a ligação com os países participantes na iniciativa “uma faixa, uma rota” e os países lusófonos, para aumentar as funções de suporte e liderança de Macau na participação da Grande Baía na cooperação internacional.

Quanto às indústrias emergentes, o Governo pode estudar o desenvolvimento da indústria financeira com características próprias e da medicina tradicional chinesa, e promover a cooperação na inovação financeira com as cidades do Interior da China,

através da expansão da referida indústria, aproveitando as vantagens da localização geográfica e o papel apoiante de Hengqin, para fornecer canais e serviços para as empresas de Guangdong e Macau “se expandirem para o exterior” e “atrair para Macau” empresas nacionais e internacionais, promovendo assim o desenvolvimento integrado de indústrias inovadoras, com o ambiente financeiro internacional entre as cidades da Grande Baía. Nas Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía, refere-se o apoio ao desenvolvimento da medicina tradicional chinesa em Macau, mas as leis respectivas estão desactualizadas, por isso, espera-se que o Governo entregue à Assembleia Legislativa (AL) ainda este ano a proposta de lei sobre o “Regime jurídico do registo e gestão de medicamentos tradicionais chineses”, aperfeiçoando o exercício da actividade da medicina tradicional chinesa, elaborando o plano geral do seu desenvolvimento, aprofundando a cooperação com Guangdong e Hong Kong nesta área, reforçando a formação e a importação de quadros qualificados de alto nível, aperfeiçoando as infra-estruturas de investigação científica, promovendo o desenvolvimento desta indústria com a fusão da produção, ensino e estudos, e construindo uma plataforma de indústria tecnológica a nível mundial, contribuindo assim para a diversificação adequada da economia e das indústrias de Macau.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 16.10.2020

Prestar atenção à saúde psicológica dos idosos e reforçar a solidariedade

O dia 10 de Setembro é o “Dia Mundial da Prevenção do Suicídio”, e o tema deste ano é “Trabalharemos em conjunto para a Prevenção do Suicídio”. Segundo os dados disponíveis, no primeiro semestre deste ano registaram-se 36 suicídios, o que merece a atenção da sociedade, especialmente os casos sucessivos, registados ultimamente, de morte accidental e de suicídio de idosos em casa, que quando foram descobertos, já tinham morrido há dias. Portanto, os problemas da segurança doméstica e da saúde psicológica dos idosos merecem reflexão.

A situação do envelhecimento da população de Macau é grave, de acordo com os dados do Intercensos 2016, existem em Macau cerca de 7000 idosos que vivem sós. Como aumentar a participação social destes idosos e reforçar a rede de apoio comunitário e o carinho junto deles, para evitar que se sintam sós, é um problema que a sociedade tem de enfrentar em conjunto.

O Governo implementou o “Programa de apoio aos idosos isolados”, no sentido de reforçar os laços nos bairros comunitários, mas, na realidade, ainda há muitos idosos que não têm contacto com o exterior, pois alguns têm dificuldades de mobilidade, são doentes crónicos, sofrem de complexos de inferioridade, de ansiedade, de depressão e não têm amigos para conversar e, com o passar do tempo, entram em depressão e apresentam problemas de saúde mental. O Governo deve tomar a iniciativa de estar a par destas situações e prestar mais atenção a estes casos.

Nos últimos anos, muitas cidades têm aperfeiçoado os serviços inteligentes destinados aos idosos, ligando-os aos bairros comunitários e às instituições médicas através da tecnologia e de equipamentos de inteligência artificial para exames de saúde, prestando cuidados de saúde de forma abrangente aos idosos, e efectuando o controlo da saúde de forma segura, e têm disponibilizado entretenimento e aconselhamento psicológico aos idosos através desta tecnologia, aliviando de forma eficaz a pressão psicológica dos que vivem sós, ao mesmo tempo que enviam, atempadamente, informações sobre os idosos aos seus filhos ou à comunidade, alertando-os em caso de acidente.

Assim, apresento as seguintes opiniões:

1. O Governo deve reforçar a cooperação com as associações, para formar uma rede de serviços especializados e com cobertura mais alargada, intensificar as visitas comunitárias, identificar os idosos que têm problemas e reforçar a instalação de corrimões e materiais antiderrapantes, em consonância com as necessidades.

2. O Governo deve criar um sistema de informações sobre os serviços básicos de cuidados a idosos para materializar a sua inteligência, para, tomando como referência as

experiências de outros países e regiões vizinhas e, em conjugação com a criação de habitações para idosos e para idosos que vivem sozinhos, introduzir um sistema de inteligência para satisfazer as mais variadas e específicas necessidades dos idosos.

3. O problema da solidão surge, em larga medida, devido à falta de convívio social, assim, é necessário intensificar as acções de divulgação sobre as formas de auxílio para o idoso estabelecer relações de vizinhança e contar com o acompanhamento dos filhos, bem como disponibilizar medidas de apoio, em termos de assistência psicológica, para criar um bom ambiente social, orientando as pessoas para darem mais atenção à problemática dos idosos, especialmente dos que vivem sós. Além disso, há que criar oportunidades para a sua participação nas várias actividades sociais, para elevarem o seu sentido de participação e pertença, criarem interesses, fixarem os seus próprios objectivos de vida e encontrarem uma vida nova. Tudo isto os ajuda a afastar a solidão.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 16.10.2020

Continuar a promover a procura interna e externa, dando esperança à recuperação da economia

Sob o impacto do surto do novo coronavírus, toda a indústria de Macau foi afectada, em diferentes graus. O que é digno de reconhecimento é que o Governo já lançou sucessivamente várias medidas de apoio à estabilização do emprego, à promoção da economia e à salvaguarda do bem-estar da população, mas o programa turístico “Vamos! Macau” terminou no final do mês passado, a Semana Dourada já passou e os cartões de consumo, dos quais ainda restam mais de dois meses, já tiveram uma utilização de mais de 65 por cento. Como o impacto da epidemia na economia ainda não emergiu totalmente, a população está preocupada com as políticas subsequentes do Governo para promover a procura interna e externa, e lidar com os riscos da futura desaceleração económica.

Neste momento, a taxa de desemprego dos residentes atingiu 4 por cento, um recorde histórico dos últimos anos. No dia 23 do mês passado foi retomada a emissão de vistos turísticos em várias províncias e cidades do Interior da China, com um aumento do número de visitantes, mas relativamente lento. Na passada Semana Dourada, época alta de turismo, o número de visitantes diminuiu significativamente 86 por cento em termos anuais, e a taxa de ocupação média dos estabelecimentos hoteleiros diminuiu 50,4 por cento. Em Macau, o turismo continua a ser o sector predominante e a situação económica global não é nada optimista, e muitas micro, pequenas e médias empresas já sentem dificuldades de exploração. Os trabalhadores destas empresas ocupam cerca de 40 por cento da população activa e, se estas tiverem de fechar as portas, os impactos estarão interligados, com uma pressão inevitável sobre a situação do emprego e da economia em geral.

Mais, a pressão da recessão económica tem vindo a afectar, gradualmente, a confiança da população. O Governo referiu, recentemente, que, no próximo ano, vai prolongar as medidas benéficas para a população, mas ainda não há um plano definitivo para a forma de impulsionar a economia local e promover o consumo. Há opiniões que consideram conjugar o Plano de Participação Pecuniária com o Cartão de Consumo, alargar o âmbito dos vales de saúde e elevar o seu valor, aumentar o subsídio de família e avançar mais com a formação subsidiada, etc. A meu ver, o Governo, após auscultar as opiniões e proceder a uma análise sintética, deve, quanto antes, divulgá-las ao público; deve ainda criar mecanismos eficientes de longo prazo para as diversas medidas de benefício à população, a fim de acompanharem a situação real da sociedade, e proceder a ajustamentos sistemáticos e permanentes, para a estabilidade da confiança da população e o fomento dos diversos sectores, esperando-se a recuperação do mercado.

Por outro lado, o turismo é o sustento da economia de Macau que pode contribuir para a recuperação da economia, por isso, até o número de turistas voltar à quantidade adequada, sugiro que se arranque, mais uma vez, com a segunda fase de excursões locais. Através do estímulo da procura interna é possível aliviar, em certa medida, o impacto causado pela falta de visitantes nos sectores associados ao turismo, a fim de se resolver os

problemas urgentes. Quanto às medidas para atrair turistas, sugiro que se comunique, o mais rápido possível, com os serviços competentes do Interior da China para simplificar os procedimentos de emissão de vistos e se reforce a divulgação de que “Macau é uma cidade turística segura”, criando com a província de Guangdong e as cidades da Grande Baía “Bolhas de viagens” para atrair mais turistas. Proponho ainda ao Governo que implemente políticas de benefício e rotas turísticas para os visitantes do Interior da China, e que avance com a próxima fase de implementação de medidas para os atrair a aumentar a permanência, para ficarem com mais tempo para conhecer as características dos bairros comunitários de Macau, tudo isto, promovendo melhor a economia nas zonas comunitárias e reforçando o apoio às pequenas e médias empresas (PME). Tendo em conta a situação epidémica estável em Macau e no Interior da China, espero que o Governo estude, quanto antes, a viabilidade de prorrogar o prazo de validade dos testes de ácido nucleico, a simplificação dos procedimentos de declaração de saúde, o desenvolvimento de mais trabalhos para os visitantes do Interior da China terem mais vontade de se deslocarem a Macau e a optimização da configuração dos procedimentos de conversão do código de saúde para facilitar a passagem alfandegária.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 16.10.2020

Definir mecanismos para resolver a falta de postos de trabalho

A epidemia do novo coronavírus continua a afectar-nos e, de acordo com os últimos resultados do inquérito ao emprego, a taxa de desemprego dos residentes atingiu 4 por cento e a taxa de subemprego, 3,7 por cento. Segundo um inquérito recente realizado pela Federação das Associações dos Operários de Macau (FAOM), 23 por cento dos entrevistados afirmaram que tiveram de entrar em *lay-off* e cerca de 32 por cento, que estão a auferir menos ou deixaram de receber salário. Uma longa duração em *lay-off* tem um impacto significativo na subsistência da família do trabalhador.

Para os trabalhadores que estão em *lay-off* ou têm as suas horas de trabalho reduzidas, perdendo ou diminuindo com isso os seus rendimentos, o Governo dispunha de um regime de protecção, isto é, o Decreto-Lei n.º 43/95/M, que estabelecia as regras a observar na suspensão das relações de trabalho entre empregadores e trabalhadores, e na redução dos horários de trabalho, determinando que o empregador devia garantir que o número de dias de trabalho por mês não fosse inferior a 16, de contrário, havia lugar a compensação. Segundo o mesmo diploma, suspensão temporária do contrato de trabalho era quando o número de dias de trabalho prestado no mês fosse inferior a 16 dias úteis, e nos outros o trabalhador podia exercer trabalho remunerado noutras empresas.

Mas a Lei do salário mínimo revogou o referido decreto-lei, fazendo com que os trabalhadores perdessem as garantias anteriores. Segundo o Governo, a fixação do salário mínimo tem por objectivo salvaguardar o salário mínimo dos trabalhadores de todos os sectores, por isso, para evitar situações injustas, era necessário revogar o referido decreto-lei.

A meu ver, o regime de compensação por suspensão de trabalho não tem os mesmos objectivos que o do salário mínimo, porque o primeiro é aplicável a todas as situações de suspensão temporária dos contratos laborais ou de redução das horas normais de trabalho, independentemente do valor salarial dos trabalhadores, mas o segundo é para garantir o rendimento mínimo em situações normais de trabalho, sendo evidente a diferença entre os dois.

Devido à epidemia, muitos trabalhadores estão obrigados a estar em *lay-off* por longo tempo, ou até a sofrer a suspensão das funções, problemas que merecem a atenção do Governo e da sociedade. Para evitar que sejam obrigados a gozar a referida licença de longa duração, e que os seus direitos e interesses laborais sejam prejudicados, é necessário regulamentar isso por lei. Solicito ao Governo que reveja a necessidade de criar e aperfeiçoar o regime de compensação por suspensão de trabalho, para proteger eficazmente os direitos e interesses laborais dos trabalhadores.

IAOD da Deputada Chan Hong em 16.10.2020

Reforço da educação sobre a segurança nacional e da capacidade de assumir responsabilidades

O Governo e os diversos sectores sociais têm implementado de uma forma correcta e plena o princípio “Um país, dois sistemas”, esforçando-se por cumprir o seu dever constitucional de defesa da soberania, da segurança e dos interesses de desenvolvimento nacionais. Os trabalhos realizados pela RAEM com o apoio de toda a sociedade têm contribuído para a defesa eficaz da segurança nacional. Face à complexidade e às transformações da conjuntura interna e externa, a defesa da segurança nacional não pode ser interrompida. Para além de aperfeiçoar o sistema de segurança nacional de Macau e reforçar o planeamento da execução da lei, é ainda necessário elevar o nível de consciência da população sobre a segurança nacional.

1. Promover a educação sobre a “segurança biológica”

A ameaça do novo coronavírus para Macau ainda não foi resolvida, e o Governo da RAEM e toda a sua população ainda têm de enfrentar um grande desafio para salvaguardar a segurança geral do país. Em Fevereiro deste ano, o Governo Central incluiu a segurança biológica no sistema nacional de segurança. Assim, Macau deve, por um lado, reforçar a construção do sistema jurídico sobre a “segurança biológica” e, por outro, dar a conhecer a toda a população a importância da prevenção e do combate à epidemia para a defesa da segurança de Macau e do País. Espero que o Governo reforce o estudo e a divulgação da “segurança na saúde” e da “segurança biológica”, e forneça os respectivos recursos para apoiar as escolas e os professores a desenvolverem a respectiva educação, a fim de aperfeiçoar junto dos jovens estudantes o conceito de defesa da segurança nacional.

2. Elevar o nível dos docentes em relação ao sistema jurídico

A Constituição, a Lei Básica e a Lei de Segurança Nacional estão relacionadas com o sistema jurídico, por isso temos de definir um maior grau de exigência para os docentes em relação a estas matérias. Sugiro às autoridades que definam orientações pedagógicas adequadas e reforcem a formação profissional dos docentes, para estes poderem explicar bem as “histórias da China e de Macau”, elevando assim a consciência dos alunos sobre a segurança nacional e o cumprimento da lei, e formar uma nova geração com conceitos nacionais, sentido de pertença a Macau e visão internacional.

3. Reforçar o sentido de responsabilidade dos funcionários públicos pela defesa da segurança nacional

Para os trabalhadores da função pública conhecerem profundamente a Constituição e o importante significado de “um país, dois sistemas” para a segurança nacional e o desenvolvimento social, sugiro às autoridades que aperfeiçoem o regime de concurso, incluindo estes conteúdos na avaliação. Mais, as autoridades devem reforçar as acções de formação de todos os funcionários públicos sobre a Constituição, a Lei Básica e a

segurança nacional, para que eles possam entender melhor as políticas nacionais e estabelecer o sentido de responsabilidade e de missão na defesa de “Um país, dois sistemas”, e de segurança nacional.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 16.10.2020

O novo coronavírus, que já dura há quase dez meses, teve um impacto enorme na economia de Macau. As receitas do jogo caíram a pique, muitos trabalhadores das empresas do jogo continuam em férias sem vencimento, e a subsistência das PME e dos cidadãos das camadas de base está a ser gravemente afectada. As empresas deparam-se, umas a seguir às outras, com dificuldades, algumas delas viram-se obrigadas a fechar portas e, quando insistem em continuar, acabam por despedir ou reduzir salários.

Segundo os dados, nos primeiros sete dias da semana dourada, Macau recebeu 139 mil visitantes, uma descida de 83 por cento em comparação com o ano passado, e nos primeiros sete dias de Outubro, as receitas do jogo atingiram apenas 1,95 mil milhões de patacas, um decréscimo de 76% face aos 8,1 mil milhões registados no mesmo período do ano passado. Os responsáveis do sector do comércio a retalho das zonas turísticas admitiram que, após a epidemia, não houve quase nenhum negócio. Apesar do aumento do fluxo de pessoas durante a semana dourada, o volume de negócios só recuperou 20%, muito pior do que o esperado. Segundo alguns académicos, é difícil a plena recuperação da economia de Macau a curto prazo, portanto, os diversos sectores de actividade vão ter de passar por um longo período de dificuldades.

Perante os desafios quer da prevenção e controlo da epidemia quer do desenvolvimento socioeconómico, o Governo lançou, durante os últimos seis meses, várias medidas para prevenir a epidemia, garantir o emprego, estabilizar a economia e assegurar o bem-estar da população, o que conseguiu o reconhecimento da maioria dos residentes e demonstrou sabedoria e responsabilidade do Governo no bom aproveitamento do erário público. No entanto, garantir o bem-estar da população numa altura em que a economia está em baixa é uma tarefa muito difícil, portanto, o Governo deve persistir em ultrapassar as dificuldades, passando este tempo difícil com a sociedade, com vista a estabilizar a economia e a vida da população e a garantir a estabilidade social. Assim, sugiro o seguinte:

Primeiro, quanto ao bem-estar da população e às regalias, o Governo deve continuar com o Plano de Participação Pecuniária e os cartões de consumo, para aliviar a pressão dos residentes e estimular o consumo interno, estabilizando o mercado local e reduzindo a inflação.

Segundo, deve acelerar a construção de habitação social, económica e para os idosos, e, após a conclusão da consulta respectiva, concretizar, quanto antes, o plano de habitação para a “classe sanduíche”, reduzindo o tempo de espera e satisfazendo as necessidades da população das diferentes camadas.

Terceiro, definir um planeamento de longo prazo para o sector do jogo. As receitas do jogo representam mais de 80% das receitas totais do Governo, e há cerca de 100 mil trabalhadores nos sectores do jogo e da hotelaria. Neste período de recessão económica, o Governo lançou uma série de medidas de apoio, mas o sector do jogo, cujo contributo para a economia de Macau é significativo, não foi beneficiado. Espera-se que o Governo

reforce a comunicação com este sector, definindo um plano de longo prazo para o seu desenvolvimento saudável e criando um bom ambiente de negócio, em particular para as salas VIP, que representam mais de metade das receitas do jogo, ajudando-as a ultrapassar as dificuldades.

Quarto, reforçar o apoio às PME. Macau é um mercado pequeno, onde as rendas e custos são elevados, faltam recursos humanos e são poucos os canais para a angariação de fundos, entre outros problemas que continuam a ser um entrave para as PME. O apoio económico serve apenas para aliviar, temporariamente, a pressão nas operações, mas a longo prazo, as autoridades devem tomar medidas para aumentar a procura interna e aproveitar as vantagens regionais de Macau para comunicarem e se coordenarem com os serviços competentes das cidades da Grande Baía, criando condições mais favoráveis para as PME de Macau, para que estas possam ter mais espaço e oportunidades de desenvolvimento em Hengqin e em toda a Grande Baía.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng José em 16.10.2020

Promoção da generalização do comércio electrónico através da implementação do governo electrónico

A generalização dos “smartphones” e a tendência da mobilidade do uso da internet são cada vez mais evidentes. De acordo com o Relatório sobre a tendência da utilização da internet por parte dos residentes de Macau 2020, 91 por cento têm hábitos de acesso à internet, dos quais, 65 por cento dos adultos afirmaram ter tido experiência na utilização da governação electrónica, cuja avaliação foi de 71,7 pontos, com um aumento na taxa de utilização e na pontuação, pois, no período homólogo do ano passado, foram, respectivamente, 54 e 64,9 por cento. Isto demonstra que cada vez mais residentes estão dispostos a utilizar os serviços da governação electrónica e que a generalidade da população tem um sentimento positivo em relação a esses serviços.

Com a entrada em vigor, em 27 de Setembro, da Lei sobre a “Governação electrónica” e do Regulamento Administrativo sobre a “Regulamentação da governação electrónica”, esta última entrou numa nova fase. O Governo reúne condições para ultrapassar os obstáculos impostos pelos diplomas legais e técnicas do passado, e acelerar a implementação da governação electrónica. O Governo afirmou ainda que vai seguir o princípio de facilitar a vida aos cidadãos e empresários, implementando, de forma ordenada, a electrónica de uma série de serviços públicos, em torno dos quatro principais serviços: certidões electrónicas, emissão de títulos digitais, atendimento digital e notificações electrónicas. A governação electrónica, enquanto parte importante do processo da reforma da administração pública, é também uma infra-estrutura para a construção de uma cidade inteligente, que vai facilitar a vida dos cidadãos e empresários. Atendendo à generalização dos actos e serviços de compras *on-line* e das lojas de recepção da Taobao, o Governo deve aproveitar o processo de implementação da governação electrónica para ponderar o aperfeiçoamento do ambiente jurídico e dos cenários de aplicação desse comércio, tornando-o como acelerador na promoção da construção de uma cidade inteligente. Assim, sugiro:

1. Com o desenvolvimento do comércio electrónico, surgiram as actividades de pagamento electrónico, das quais resultam problemas e litígios relacionados com esse comércio. Por exemplo, a segurança do negócio electrónico, a credibilidade dos contratos electrónicos, a legalidade das plataformas terceirizadas de pagamento, etc. Para garantir um bom ambiente de concorrência no mercado de comércio electrónico, sugere-se que o Governo aperfeiçoe a respectiva legislação, estabeleça um regime de fiscalização razoável e rigoroso, e crie um ambiente jurídico que seja significativamente flexível e compatível com o desenvolvimento do comércio electrónico. Sugere-se tomar como referência a prática do País que tem aumentado o rigor gradualmente, deixando o desenvolvimento do mercado a promover a construção do sistema jurídico, sem que o dinamismo da inovação no mercado seja afectado pela legislação. Há também que divulgar e promover as respectivas informações junto das empresas.

2. Com a entrada em vigor da lei da governação electrónica, registou-se uma melhoria do isolamento dos dados entre os serviços públicos. Sugere-se que, de seguida, o Governo estude as políticas e regimes relativos aos dados, incluindo uma cadeia de acções – recolha, organização, análise, manutenção, fiscalização, revitalização, aproveitamento, aplicação de *feedback*, optimização do serviço, entre outras. O Governo deve seleccionar dados adequados e relativos ao ambiente de negócio para as empresas, o que, por um lado, permite-lhes estarem inteiradas das actualizações do mercado e, por outro, estimula a inovação no mercado e o desenvolvimento das novas indústrias, promovendo a generalização do comércio electrónico e acumulando-se experiência para pôr em prática a cidade inteligente.

3. Sugere-se que o Governo crie mais cursos para os idosos sobre o uso de computador e internet, tomando este trabalho como um dos principais rumos a seguir pela Academia do Cidadão Sénior e ajudando os idosos a adaptarem-se ao desenvolvimento da digitalização da cidade, para torná-los em “idosos inteligentes” e permitir-lhes usufruir dos frutos trazidos pelos avanços tecnológicos.

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 16.10.2020

Promover a recuperação do sector do turismo para aliviar as dificuldades das micro e pequenas empresas

O jogo e o turismo são o pilar da indústria de Macau, mas estão a sofrer um impacto sem precedentes, devido à epidemia da COVID-19. Segundo a Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogos (DICJ), nos primeiros nove meses, as receitas brutas do jogo atingiram 38 605 milhões de patacas, uma queda de 82,5 por cento em comparação com o período homólogo do ano anterior; ao mesmo tempo, a hotelaria, a restauração e o comércio a retalho também estão a ser gravemente afectados pela quebra acentuada do número de turistas, reflectindo as desvantagens de uma única indústria. Segundo as estatísticas da DST, durante os feriados da semana dourada de 1 de Outubro, não houve um elevado número de visitantes, com apenas 139 mil turistas, isto é, apenas 14 por cento em comparação com o ano anterior, e só 129 mil do Interior da China, uma descida de mais de 80 por cento face ao mesmo período do ano passado. Segundo os dados estatísticos de Zhuhai, durante os 8 dias da semana dourada, nos postos fronteiriços de Gongbei, Hengqin e da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau passaram cerca de 2 milhões e 50 mil pessoas, a maioria residentes de Macau. A emissão dos vistos individuais a nível nacional foi retomada a 23 de Setembro, mas, devido à epidemia, a actual política desses vistos não atingiu as previsões. Macau está numa situação difícil quanto ao seu desenvolvimento económico e tem de haver um maior progresso na diversificação da economia, pois ainda há um longo caminho e é necessária a conjugação de vários factores para se regressar aos níveis anteriores à epidemia. Actualmente, há uma enorme pressão nas PME e na vida da população, mas acreditamos que o Governo tem grande capacidade financeira, por isso em pouco tempo poderá fornecer apoio básico às PME e à população, para manter a estabilidade e a harmonia social. Acredito que o Governo está determinado em diversificar a economia, participando activamente no desenvolvimento da Grande Baía, planeando o nosso desenvolvimento a médio e longo prazo, e estabilizando-se para haver mudanças, mas, durante o percurso da mudança, a curto prazo, há que encontrar meios para recuperar de forma acelerada o sector do turismo, a fim de resolver as necessidades prementes das PME. Assim, proponho ao Governo o seguinte:

1. Para promover o turismo de Macau até haver uma maior recuperação da economia em geral. Primeiro, o Governo deve estudar com os serviços de prevenção da epidemia do Interior da China o prolongamento do prazo de validade dos testes de ácido nucleico; segundo, manter a conformidade das actuais políticas de prevenção da epidemia com as do Interior da China, tendo em consideração a integração na Grande Baía e, com o controlo da epidemia, o Governo pode melhorar, simplificar e até isentar os turistas das nove cidades de Guangdong que visitam Macau de fazer o teste; terceiro, pedir ao Governo Central para simplificar o procedimento dos vistos individuais para os turistas dessas nove cidades, facilitando ainda mais a sua visita a Macau.

2. Com a queda do número de turistas, as PME com o fluxo de dinheiro “seco” e dificuldades de operação têm cada vez mais pressão, assim, o Governo deve preparar-se para ajudar a aliviar-lhes as dificuldades. Primeiro, deve preparar a terceira ronda do fundo de combate contra a epidemia e da sua prevenção, que poderá activar de imediato logo que o turismo não se recupere como o ideal, esperando que seja apenas uma reserva e que não seja necessário usá-la; segundo, estudar medidas para apoiar os bancos que participaram no “Plano de Bonificação de Juros de Créditos Bancários para as Pequenas e Médias Empresas” lançado pelo Governo, nomeadamente, de apoio em caso de incumprimento do plano, reduzindo, assim, o impacto nas operações bancárias.

IAOD do Deputado Wang Sai Man em 16.10.2020

O planeamento urbanístico deve articular-se com o posicionamento de desenvolvimento das indústrias

Com o impacto da epidemia do coronavírus, foram mais uma vez demonstradas as desvantagens de uma economia não diversificada, por isso, a diversificação económica, a procura de um novo caminho de desenvolvimento e a aceleração do ajustamento da estrutura económica passam a ser matérias relevantes que o Governo e os diversos sectores sociais têm de enfrentar urgentemente.

Para otimizar a estrutura económica e acelerar a diversificação, são necessários terrenos e espaço suficiente para desenvolvimento e para a abertura das políticas comerciais. Por exemplo, o Governo divulgou recentemente o projecto do “Plano Director Urbanístico” e procedeu à respectiva consulta pública, com vista a definir um plano director para os próximos 20 anos.

Como todos sabem, o plano director urbanístico tem influências profundas, entre as quais os planos relativos aos terrenos, que estão relacionados com o rumo geral do desenvolvimento urbano. Planos de terrenos mais aperfeiçoados podem contribuir para reservar lotes para o futuro desenvolvimento económico e industrial, permitir que a sociedade consiga ficar a saber do rumo de desenvolvimento da indústria, para com base nisso, efectuar uma adequada definição dos planos e promover em conjunto a industrialização.

Através do documento de consulta, podemos verificar que o Governo, para além de manter o actual planeamento dos terrenos das zonas turísticas e de entretenimento, está a planear aumentar as zonas comerciais, reordenar os terrenos industriais dispersos e, ao mesmo tempo, incentivar a modernização das indústrias, o que reflecte a sua pretensão de impulsionar o desenvolvimento diversificado das indústrias de Macau, através do planeamento de novos terrenos destinados ao desenvolvimento industrial.

Como o texto de consulta se limita à concepção do enquadramento e do rumo, sem estratégias ou políticas nucleares, tais como a forma de concretizar as metas do planeamento urbanístico, o desenvolvimento da diversificação industrial e quadros qualificados, etc., os sectores têm dúvidas sobre a eficácia do plano. De facto, a diversificação adequada das indústrias já foi apresentada há anos, mas o andamento não tem sido satisfatório. O Governo tem de agarrar bem esta ocasião, isto é, a consulta sobre o projecto do Plano Director, e o planeamento urbanístico tem de seguir o rumo de desenvolvimento das indústrias como elemento nuclear e de recorrer à investigação científica para conseguir o consenso da sociedade. Há também que planear os terrenos destinados ao desenvolvimento das indústrias económicas e que ultrapassar as barreiras existentes para reponderar e desenvolver as indústrias que sejam únicas, viradas para o exterior e com alto valor acrescentado. Há que procurar indústrias cuja tecnicidade seja elevada e que exija poucos espaços, bem como políticas que sejam capazes de fazer valer as vantagens de Macau e de promover a instalação das indústrias e quadros qualificados,

para, em consonância com o próprio ambiente de desenvolvimento de Macau, agarrar bem as enormes oportunidades de desenvolvimento na Grande Baía, maximizando o efeito de sinergia e alcançando o objectivo de diversificar a estrutura industrial de Macau.

É de referir que na nossa vizinha Hengqin há numerosos projectos de edifícios comerciais em construção, envolvendo uma área superior a 20 milhões de pés. Quer isto dizer que é inevitável a concorrência entre o mercado de edifícios comerciais de Macau e Hengqin. Por isso, o Governo da RAEM tem de definir, quanto antes e com precisão, quais são as indústrias diversificadas que Macau pretende desenvolver, dando-lhes apoio no âmbito do planeamento urbanístico, por forma a atrair a instalação das empresas que preencham os requisitos da diversificação económica. Caso contrário, se o planeamento urbanístico, que desenha um rumo geral, não conseguir articular-se com os objectivos do futuro desenvolvimento urbano e com as indústrias, por muito bom que seja o planeamento ou muito boa que seja a construção ou até muito aperfeiçoada que seja a planta, tudo não passará do papel e em nada contribuirá para a economia de Macau se livrar da limitação resultante da predominância de um único sector.

IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 16.10.2020

O público entende que o planeamento urbano não é perfeito!

Atendendo ao desenvolvimento a longo prazo de Macau, o Governo da RAEM publicou o texto de consulta do Plano Director 2020-2040, no qual se define que a população total até 2040 será cerca de 808.000 habitantes. Alguns residentes entendem que isto demonstra que o Governo está virado para o futuro, ao fazer um planeamento detalhado do desenvolvimento da cidade, o que merece elogio! No entanto, parece que não fez um planeamento sincronizado para o local de repouso dos mortos, o que resultou em deficiências. Por ter sido encarregado por alguns residentes, na primeira sessão de consulta destinada exclusivamente aos Deputados, avisei o Governo para, na elaboração do Plano Director, abandonar o raciocínio de “atravessar o rio sentindo as pedras”. Se forem feitos planos apenas para os vivos sem consideração pelo futuro e pelo lugar de repouso dos mortos, podem surgir novos conflitos sociais aquando da execução do Plano...

Por exemplo, no anterior "Planeamento urbanístico", de natureza paliativa, não foi seriamente considerado nem analisado o planeamento da construção de crematórios. Devido às mudanças sociais, o Governo apresentou, em 2018, o plano de construção de um crematório no cemitério Sa Kong, na Taipa, o que resultou em forte descontentamento dos moradores e na realização de uma manifestação. De facto, esse plano já existe há muito tempo, e como na altura eram poucos os moradores, não houve muitas opiniões contra. Porém, as zonas circundantes estão, actualmente, cheias de habitantes, portanto, é natural que haja descontentamento e exigências dos moradores. Além disso, de acordo com os diplomas legais vigentes, a construção de um crematório num local fora do cemitério requer uma emenda à lei, por isso, o Governo acabou por suspender a construção em causa.

Segundo alguns cidadãos, o Governo deve aprender com a História e aproveitar este plano director para, em conjunto, aperfeiçoar e otimizar o ambiente de vida dos vivos e o local onde os mortos descansam, por exemplo, alguns residentes sugeriram a construção de um crematório junto à estação de tratamento de águas residuais da ilha artificial. No entanto, segundo alguns juristas, nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º7/85/M, “a cremação dos restos mortais de cidadãos pode ser feita em cemitérios que disponham de condições técnicas adequadas ou em terrenos que satisfaçam a finalidade e as condições de uso e aproveitamento correspondentes”, portanto, a construção de crematórios na ilha artificial deve ser precedida da revisão da lei. No entanto, há quem entenda que, segundo o referido plano, é verdade que a construção de crematórios na ilha artificial deve ser precedida da revisão da lei, mas a criação de cemitérios (cemitérios pequenos) pode ser feita sem a revisão da lei. Se os cidadãos aceitarem a construção dum cemitério pequeno naquele local, poderá ser construído um crematório nesse cemitério, sem ser preciso rever a lei e fazer consulta pública. É claro que, cabe ao Governo, devido à predominância do poder executivo, tomar decisões sobre todos os assuntos relativos ao plano, mas também é necessário preparar-se para as adversidades, uma vez que, de acordo com os Métodos de gestão da inspecção sanitária aos ossos e restos mortais, se no futuro ocorrerem surtos de doenças transmissíveis mais graves do que a Covid-19, muito provavelmente a trasladação de restos mortais nos postos fronteiriços será recusada. Segundo alguns cidadãos, as opiniões do público já foram transmitidas ao Governo, e acredita-se que este é inteligente e tem capacidade para acompanhar as questões referidas.

IAOD da Deputada Lam Iok Fong em 16.10.2020

Opiniões sobre a habitação para a “classe sanduíche”

A consulta pública sobre o “Plano de habitação para a ‘classe sanduíche’”, alvo de atenção da sociedade, iniciou-se recentemente. O conteúdo da consulta inclui a definição de “classe sanduíche”, os requisitos de compra, as restrições de revenda, etc., mas o foco continua a ser a definição dessa classe.

Segundo o documento de consulta, de 2019 a 2026, Macau vai ter mais 47 mil agregados familiares. Nos próximos 5 anos, só vão estar concluídas 3011 habitações económicas na Zona A e mais as privadas em construção e em fase de projecto, e ainda vai haver falta de cerca de 30 mil fracções. No último concurso para habitação económica, foram recebidas 37 mil candidaturas e, em média, para uma fracção concorrem 12 agregados familiares, o que significa que, no futuro, a conclusão das habitações em construção não vai conseguir satisfazer as necessidades dos que já preenchem os requisitos. A “habitação sanduíche” consegue suprir as insuficiências da habitação económica, e as pessoas que se encontram no “fim da lista” devem ser abrangidas, a fim de haver uma complementaridade adequada com as habitações económicas, desempenhando assim o papel de “triagem” dos candidatos a habitação económica.

Assim, se for excluída a prática de separar os grupos definidos nos requisitos de elegibilidade para habitação sanduíche e habitação económica, restam nesse documento de consulta duas opções para definir o limite mínimo do rendimento para a classe sanduíche. A primeira opção é inferior em 20 por cento ao limite máximo para candidatura a habitação económica, isto é, 31 128 patacas para um agregado familiar com 1 pessoa e 62 256 patacas para um com mais pessoas. A segunda opção é inferior em 50 por cento ao limite máximo para candidatura a habitação económica, isto é, 19 455 patacas para um agregado familiar com 1 pessoa e 28 910 patacas para um com mais pessoas. Analisando os dados disponibilizados, o rendimento mensal médio actual dos habitantes locais é de 20 000 patacas, e o Inquérito aos orçamentos familiares de 2017/2018 mostra que a maior parte do rendimento mensal médio por agregado familiar se cifra no grupo das 30 000 a 49 999 patacas, representando 25,9 por cento de todos os agregados familiares em Macau. Estabelecendo uma comparação, conclui-se que a 2.^a opção – inferior em 50 por cento ao limite máximo para candidatura a habitação económica – é, na realidade, mais próxima do actual rendimento mensal médio *per capita* e do da maioria das famílias. Teoricamente, a 2.^a opção concentra-se em abranger o grupo de “rendimento médio”, no sentido estatístico e económico, podendo reflectir melhor o significado de “classe sanduíche” e prestando apoio aos que não conseguem comprar uma habitação, privada ou pública. Assim, concordo com a definição da 2.^a opção do limite mínimo do rendimento mensal para a “habitação sanduíche”.

Mais, refere-se no documento de consulta que cabe ao Governo definir os lucros razoáveis e realizar concursos públicos para a construção de habitação para a classe sanduíche, o que é precisamente o restabelecimento do “contrato de desenvolvimento para a habitação” (CDH) que tenho vindo a defender neste Hemiciclo. Antes do retorno à Pátria,

o Governo recorria a concurso público para a construção de habitações públicas por promotores privados. Durante 15 anos, entre 1985 e 1999, foram construídas mais de 27 mil habitações económicas ao abrigo do CDH, ao passo que, nos últimos 15 anos, entre 2005 e 2019, o Governo construiu apenas 13,5 mil habitações económicas no âmbito do novo regime, isto é, no passado, o tempo de construção de habitações económicas por promotores privados foi duas vezes mais rápido do que actualmente. Podemos verificar que a realização de concurso público ao abrigo do CDH é realmente mais eficiente, portanto, apoio esta opção para a habitação destinada à classe sanduíche.

Mas a habitação para a classe sanduíche está definida pelo Governo com a função de desviar as necessidades de habitação económica. Considero que o Governo poderá acrescentar outra função, através de classificação e ponderação, por exemplo, investigando o papel desempenhado na sociedade e definindo uma ponderação adequada para os jovens que precisam de sustentar os pais ou para os casais jovens com um recém-nascido, apoiando-os na aquisição de habitação. Ao mesmo tempo, o Governo também deve seguir o rumo de subsidiar as pessoas com necessidades, lançando mais políticas complementares de habitação para a classe sanduíche, como, criar um plano de poupança-habitação para ajudar os que compram casa pela primeira vez a poupar dinheiro para a primeira prestação, com a bonificação de juros de empréstimos. Mais, poderá considerar ainda libertar o fundo de previdência para pagar a primeira prestação da aquisição de casa, com a dedução do imposto para compra de casa, incentivando a classe sanduíche e os jovens a planearem a sua vida, de forma pragmática, diligente e adequada. Com uma série de planeamentos aperfeiçoados de aquisição, a política de habitação para a classe sanduíche não só pode dar apoio e desviar as necessidades de habitação económica, mas também incentivar esta classe a tomar uma atitude pragmática e diligente, orientando-a para a mobilidade vertical, o que será favorável ao desenvolvimento social em geral.

IAOD do Deputado Au Kam San em 16.10.2020

Lições compradas por 200 milhões. Cabe à Assembleia Legislativa apreciar as grandes despesas do Governo, para acabar com as lacunas

O caso da Viva Macau já aconteceu há dez anos. No início, a atenção da população centrou-se na recuperação do empréstimo de mais de 210 milhões e, na altura, os dirigentes afirmaram, com firmeza, que mesmo que a Viva Macau fechasse as portas, tal empréstimo ia ser pago, porque havia garantias. Depois, os mesmos afirmaram que o respectivo processo judicial estava em curso e que a população devia ficar descansada. Passados vários anos, chegou, afinal, uma decisão judicial, isto é, o fiador não respondeu nada e a liquidação dos bens da Viva Macau deu menos de 2 milhões, não sendo suficiente para pagar o empréstimo de 212 milhões. A sociedade ficou surpreendida e sente-se enganada, gerando, assim, uma forte oposição.

A reacção do Governo na altura não passou de encaminhamento do processo para o CCAC para investigação. Depois de dois anos, chega-se a uma conclusão, como se esperava: ninguém foi chamado para efectivar responsabilidades. Se calhar, alguns governantes deveriam ter assumido responsabilidades administrativas ou penais, mas o prazo já prescreveu, querendo isto dizer que também ninguém tem de assumir responsabilidades. A maior relevância desse relatório de investigação não está na descoberta dos factos que todos conhecem, pois já se dizia que “todos os empréstimos têm de ser reembolsados, com excepção do da Viva Air”, mas, sim, no atraso de dois anos para a sua conclusão, deixando assim passar a exaltação que reinava na altura. Isto tudo, aliado à mudança do Governo, com novo Chefe do Executivo e novos Secretários, então com quem poderemos ainda desabafar?

Após mais de dois anos de investigação, o CCAC revelou de forma completa o processo de concessão dos empréstimos em causa, o que também não é totalmente inútil, pois pelo menos podemos ficar a conhecer o ridículo do Governo e basta olhar para o seguinte: depois do primeiro empréstimo de 80 milhões de patacas, a Viva Macau continuou a pedir vários empréstimos sem precisar de pagar nenhuma dívida; em cada pedido, garantiu sempre o seu pagamento em prestações na data prometida, mas afinal não o fez e, algum tempo depois, voltou a pedir empréstimos e obteve sempre luz verde do Governo, conseguindo sempre os empréstimos pedidos e passando por todos os procedimentos com sucesso. O resultado de tudo isto foi que, com a “colaboração estreita” do Governo, a Viva Macau conseguiu cinco empréstimos num valor total de 212 milhões de patacas sem devolver nem um avo. Algumas pessoas não conseguem compreender isso, de facto, basta perguntar a qualquer pessoa: se um amigo seu lhe pedir dinheiro prometendo a sua devolução, se não o fizer, e se a mesma situação voltar a acontecer, vai dar-lhe dinheiro? A resposta é negativa, de certeza, e até um tonto também dá a mesma resposta. Então, porque é que o Governo o fez? Porque os governantes deixaram que isso acontecesse? Se uma situação não tiver uma justificação razoável e acontecer

constantemente, é porque há problemas, sem dúvida nenhuma! O CCAC só investigou os procedimentos e não conseguiu tocar no essencial do problema.

Enquanto relatório de investigação do CCAC, deve-se tirar algumas lições e conclusões, mais, também é necessário apresentar algumas sugestões de acordo com a prática. Neste relatório, o CCAC propõe o aperfeiçoamento da legislação, nomeadamente, a criação de um mecanismo aperfeiçoado de garantia para a concessão de empréstimos e a regulamentação por diploma próprio da utilização do erário público para a concessão de empréstimos ou de apoios financeiros; é necessário colmatar, ao nível legislativo, as lacunas existentes no regime de garantia de créditos, no regime de reembolso e na responsabilidade de fiscalização, para evitar que, mais uma vez, surjam situações em que o FDIC não consiga cumprir a lei no tratamento dos pedidos de apoio financeiro. Só que isto é a conversa do costume. A essência do caso da Viva Macau reside na cultura de amizade dentro de um pequeno círculo de pessoas, que sabem bem que é dada luz verde às suas solicitações, então, quem é que vai fiscalizar seriamente a situação? Enquanto esta cultura perdurar, as regras não podem ser aperfeiçoadas; a apreciação não é rigorosa e pode ser realizada com mais rigor. Se a luz verde se mantiver inalterada, o erário público poderá perder-se, enquanto se diz que está tudo em conformidade com a lei. O que é que se pode fazer em relação a isso?

Na realidade, não é difícil fazer um bom controlo. Nos últimos 20 anos, Ng Kuok Cheong e eu temos constantemente exigido que qualquer despesa pública, incluindo financiamento ou empréstimo de dívida, que atinja um determinado valor (100 ou 500 milhões, valor que pode ser discutido), deve ser submetida à Assembleia Legislativa (AL) para apreciação (trata-se de uma mera apreciação, e não de uma autorização ou aprovação). Com este mecanismo, ou seja, quando qualquer despesa pública de grande envergadura tiver de ser submetida à apreciação pública da AL, a Administração vai certamente envidar todos os esforços para ser mais prudente e transparente no uso do erário público. Isto basta, porque, pelo menos sob o actual regime da Lei Básica, pode-se aumentar ao máximo a transparência das despesas públicas para que o incidente da Viva Macau não se volte a repetir.

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 16.10.2020

Responder quanto antes, através do plano director ou planos de pormenor, às solicitações razoáveis da população, manifestadas durante a consulta pública

A consulta pública sobre o plano director despertou a atenção e as expectativas da população sobre o desenvolvimento urbanístico de Macau, apesar de o documento de consulta ser criticado por ser demasiado abstracto. Sobre as opiniões recentemente manifestadas (no fundo, reiteradas, por exemplo, a conservação ecológica do Alto de Coloane, reordenamento da Ilha Verde, limite de altura mais rigoroso nas zonas C e D de Nam Van), houve quem do Governo respondesse que não são questões para resolver no plano director, mas considero que o Governo deve actuar proactivamente, e lidar já, ao nível dos planos de pormenor, com estas solicitações que ressurgiram. O Governo deve concretizar já os planos de pormenor, sem prejuízo do cumprimento da orientação definida no plano director. Caso contrário, só após a conclusão da consulta pública é que vai estudar e definir os planos das diversas zonas, e depois elaborar os planos de pormenor, o que vai acarretar consequências graves por atraso.

Quanto à protecção ecológica da colina do Alto de Coloane, o Governo deve estudar, ao nível do planeamento, a proibição de escavações ou a sua inclusão nos lotes não urbanizáveis, respondendo, assim, às expectativas razoáveis dos residentes sobre a protecção ecológica.

Em relação ao plano de reordenamento da Ilha Verde, estudado muitas vezes no passado, o Governo deve promovê-lo novamente ao nível do planeamento, e concretizá-lo, para a coadunação atempada com a mudança, a breve trecho, do local do depósito intermediário de combustíveis e com o desenvolvimento do Posto Fronteiriço Qingmao. Estes trabalhos devem ser incluídos nas LAG para 2021.

Quanto ao rigor do limite de altura das zonas C e D da Praia Grande, o Governo deve estudar activamente, ao nível do planeamento, a definição de critérios mais rigorosos para o limite de altura dos edifícios nas zonas em causa (por exemplo, o actual limite de 62,7 metros diminuir de 35 até 20 metros a partir da zona da colina até à marginal), para garantir efectivamente a paisagem da Colina da Penha. Os trabalhos em causa devem ser incluídos nas LAG para 2021.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 16.10.2020

Recentemente, o Governo celebrou novos contratos com duas empresas de autocarros, que vão então a partir de 1 de Janeiro de 2021 prestar os seus serviços durante seis anos. Os contratos vão concretizar o modelo de “funcionamento sob forma comercial orientado pelo Governo”, aumentando a flexibilidade na mobilização dos autocarros nas horas de ponta, clarificando o mecanismo sancionatório da “avaliação dos serviços de autocarros”, reforçando a participação do público na avaliação dos serviços de autocarros, etc. É inegável que o conteúdo do contrato foi aperfeiçoado em todos os aspectos, mas a sua concretização ainda carece de tempo para ser comprovada.

Mas, aos olhos do público, os serviços de autocarros, sob a liderança do Governo há muitos anos, não registaram qualquer melhoria significativa ao nível da qualidade, havendo ainda muitos problemas, tais como, itinerários irrazoáveis, capacidade insuficiente nas horas de ponta e má qualidade do serviço. O público espera que se possa recorrer à celebração de novo contrato para erradicar muitas deficiências dos serviços de autocarros e melhorar a devida qualidade. Apesar das medidas de melhoramento propostas em contratos anteriores, os problemas não foram efectivamente resolvidos. Pelo exposto, o público duvida do efeito das medidas de melhoramento propostas no novo contrato. Espero que as autoridades possam concretizar o “Governo transparente”, estabelecendo um mecanismo eficaz de monitorização da qualidade do serviço, fiscalizando efectivamente a qualidade da exploração dos autocarros. Quanto à participação do público na avaliação do serviço, há que clarificar as orientações e as operações concretas, e estabelecer um canal de avaliação conveniente para o público reflectir, de forma rápida e efectiva, as suas opiniões, melhorando ainda mais o sistema de exploração dos autocarros. Os subsídios atribuídos pelo Governo devem ser utilizados de forma razoável e eficaz para responder à procura dos serviços de autocarros na sociedade.

Durante as horas de ponta é grande a procura de serviços de autocarros, é longo o tempo de espera e é difícil conseguir entrar nos autocarros devido ao grande número de passageiros. Mais, durante certos períodos existem longas filas de autocarros, mas poucos passageiros, portanto, a sociedade entende que a frequência das carreiras não é científica. Recentemente, o Governo instalou um “Sistema de contagem de passageiros” nos autocarros, permitindo a estes, através da aplicação “Localização dos autocarros”, conhecer em tempo real a lotação e ponderar os seus planos de utilização de autocarros ou de viagem, e, na primeira fase, este projecto contou com a participação de cerca de 300 autocarros. Com o aumento da população e da área de utilização dos terrenos, a procura de serviços de autocarros vai ser cada vez maior, portanto, é premente estudar a sua melhoria e expansão para fazer face ao desenvolvimento social. O Governo deve reforçar a comunicação e o planeamento com as respectivas operadoras e, através dos sistemas de localização de autocarros e de contagem de passageiros, acompanhar de perto o funcionamento das carreiras e ajustar, de forma adequada e consoante a lotação, as respectivas frequências, a fim de otimizar os serviços de autocarros.

IAOD do Deputado Pang Chuan em 16.10.2020

Há que planear, de antemão, espaços para desenvolvimento do empreendedorismo das instituições de ensino superior

Nas primeiras LAG do novo mandato, o Governo indica expressamente o seguinte: “(...) garantindo o prosseguimento de estudos dos estudantes locais, será estudada a possibilidade de alargar o contingente e as origens dos estudantes vindos do exterior. Iremos impulsionar o empreendedorismo das instituições de ensino superior”, uma afirmação que merece o meu maior reconhecimento e apoio. Creio que o rumo de desenvolvimento do ensino superior vai impulsionar a diversificação adequada da economia, a formação de talentos, a transformação de resultados tecnológicos, a melhoria da imagem da nossa cidade, etc.

Com o desenvolver do empreendedorismo das instituições de ensino superior, estas vão aumentar em dimensão, o que exige mais áreas para aumento dos campus. Com a excepção da Universidade de Macau cujo campus é suficientemente grande para satisfazer futuros alargamentos, as principais instituições de ensino superior, como a MUST, a Universidade da Cidade de Macau, o IPM e o IFT, não têm espaço suficiente para mais planos, o que limita o seu desenvolvimento.

No texto de consulta sobre o Plano Director, desenha-se a “Cintura de Conhecimento – Indústria – Ciência”, mas não se pondera as necessidades de espaço resultantes do desenvolvimento das instituições de ensino superior. Será possível reservar alguns terrenos para as universidades? Ou tomando como referência as outras cidades nucleares da Grande Baía, planear uma área mais aperfeiçoada destinada às universidades? São estas as minhas opiniões para vossa referência.

IAOD do Deputado Sou Ka Hou em 16.10.2020

Alterar o artigo 93.º do Regimento: as reuniões das Comissões decorrerão de forma aberta

O tempo voa, e a sexta Legislatura da Assembleia Legislativa já entrou no seu dia 1096 e a contagem decrescente para o último ano já começou.

Olhando para os últimos três anos em que assumi as funções de deputado a tempo integral, fiz todo o possível por participar nos trabalhos indispensáveis de apreciação de propostas de lei e fiscalização da acção governativa e por servir os cidadãos e, ao mesmo tempo, estive muito atento à reforma desta Assembleia. Quando os deputados voltam a exigir a necessidade de fiscalizar o Governo e de uma maior transparência do mesmo, devemos perguntar a nós próprios: a fiscalização que a Assembleia aceita é suficiente? O seu funcionamento é transparente?

Desde Novembro de 2013, quando a quinta Legislatura da AL decidiu, de forma responsável, transmitir em directo as reuniões plenárias, até hoje, já se passaram sete anos, mas ainda não demos o próximo passo para tornar a AL transparente.

Até este segundo, devido às limitações definidas no artigo 93.º do Regimento, as reuniões das sete comissões, ou seja, três comissões permanentes, três de acompanhamento e uma Comissão de Regimento e Mandatos, continuam a decorrer à porta fechada, e todos os jornalistas e cidadãos ficam afastados das salas de reuniões onde se discutem questões de interesse público. O balanço feito pelos presidentes dessas comissões após cada reunião, mesmo muito bom, não consegue nunca satisfazer as exigências da população quanto a um hemiciclo transparente, e a AL continua a não conseguir livrar-se da má reputação de “trabalhar à porta fechada”.

O artigo 93.º do Regimento, que a população pode chamar de “à porta fechada”, está obsoleto e desactualizado, e prevê que “as reuniões das comissões decorrem à porta fechada”. Na altura da sua definição, foi deixada uma pequena ressalva, ou seja, “salvo deliberação em contrário”, mas é como se não existisse.

Desde o estabelecimento da RAEM, quase todas as 2420 reuniões das comissões*, durante 6 legislaturas e 21 sessões, decorreram à porta fechada! As comissões pedem sempre a saída dos jornalistas e fecham a porta, mas, na realidade, não se discute nas salas de reuniões negócios privados ou assuntos de família. Conforme os conhecimentos e as experiências que tive em 125 reuniões à porta fechada, as palavras proferidas nas salas de reuniões estiveram todas ligadas ao interesse público e no âmbito de “não há nada que não se possa dizer a ninguém”.

Os assuntos discutidos nas 546 reuniões realizadas à porta fechada nesta legislatura estiveram intimamente relacionados com o interesse público, incluindo o acompanhamento dos contratos das duas companhias de autocarros, o andamento das obras das infra-estruturas de prevenção de calamidades, a eficácia do investimento de

diversos fundos, a situação do funcionamento das empresas com capital público, o mecanismo interdepartamental para resolver as infiltrações de água nos edifícios, as medidas de fiscalização dos preços de venda a retalho dos combustíveis, e o processo de apreciação de dezenas de propostas de lei sobre: orçamento, renovação urbana, habitação económica, relações laborais, fiscalização dos táxis, registo dos profissionais de saúde e assistentes sociais, etc.

Um deputado afirmou publicamente que estava preocupado com o facto de a abertura das reuniões poder resultar na recepção pelo público de conteúdos incorrectos ou prematuros, ou até de fazer com que os deputados não pudessem “falar à vontade”. É de salientar que “falar à vontade” só quando a porta está fechada não é uma verdadeira expressão livre, pois quem não quer ou não se atreve a falar quando a porta está aberta vai desiludir a população. Agora a população quer responsabilizar a Assembleia, não porque os deputados não são “génios jurídicos” ou santos, mas porque não a deixa ver nem ouvir o que está a ser discutido na AL.

Se as leis e políticas que se discutem em reunião à porta fechada só precisassem de ser cumpridas pela dezena ou vintena de pessoas presentes nas reuniões, então, não teria qualquer opinião sobre o seu fechamento ou abertura. Mas a realidade não é assim. As leis e políticas referidas devem ser cumpridas pelas mais de 600 mil pessoas de Macau, portanto, não há nenhum pretexto para não serem abertas!

As reuniões à porta fechada ao longo dos anos prejudicam o direito do público de fiscalizar a AL e privam-no de conhecer melhor a atitude séria de trabalho dos Deputados, o que leva a que as normas ou políticas controversas não possam ser divulgadas ao público atempadamente, e que a “bomba-relógio” só seja detonada quando a proposta de lei está quase aprovada ou a lei é executada. Creio que todos concordam que a sociedade não pode aguentar estas dilacerações.

“Diz-se que a luz solar é o melhor dos desinfectantes (*Sunlight is said to be the best of disinfectants*)”, e a Assembleia deve ser “um lugar onde o povo é o anfitrião”. Os parlamentos de todo o mundo estão a aproveitar a tecnologia científica para avançar em direcção à abertura e transparência, e à promoção da participação cívica, assim, a tendência de “transparência na produção legislativa e fiscalização” é incontornável. Devemos, então, ter a coragem de avançar para o próximo passo, alterando o artigo 93.º do Regimento, para estipular que “as reuniões das comissões devem ser realizadas publicamente”.

Solicito aos Deputados que reflectam e ponderem seriamente sobre este assunto!

***Nota:** 58 vezes na 1.ª sessão legislativa e 108 vezes na 2.ª sessão legislativa da I Legislatura; 58 vezes na 1.ª sessão legislativa, 77 vezes na 2.ª sessão legislativa, 81 vezes na 3.ª sessão legislativa e 46 vezes na 4.ª sessão legislativa da II Legislatura; 65 vezes na 1.ª sessão legislativa, 85 vezes na 2.ª sessão legislativa, 156 vezes na 3.ª sessão legislativa e 125 vezes na 4.ª sessão legislativa da III Legislatura; 83 vezes na 1.ª sessão legislativa, 106 vezes na 2.ª sessão legislativa, 104 vezes na 3.ª sessão legislativa e 160 vezes na 4.ª

(Tradução)

sessão legislativa da IV Legislatura; 144 vezes na 1.^a sessão legislativa, 129 vezes na 2.^a sessão legislativa, 154 vezes na 3.^a sessão legislativa e 135 vezes na 4.^a sessão legislativa da V Legislatura; 167 vezes na 1.^a sessão legislativa, 220 vezes na 2.^a sessão legislativa e 159 vezes na 3.^a sessão legislativa da VI Legislatura.

IAOD do Deputado Lao Chi Ngai em 16.10.2020

Opiniões e sugestões sobre o ponto de situação da economia

Os vistos individuais para Macau foram retomados em todo o país, mas muitos dados e indicadores económicos demonstram que, por várias razões, a recuperação económica está lenta e fraca, os esforços são insuficientes, e o ambiente económico em geral ainda não recuperou como seria ideal. Segundo a análise do ponto da situação geral, o passo e o ritmo da recuperação de Macau ainda são incertos, e esta vai demorar muito tempo, segundo as previsões. O desenvolvimento das diferentes áreas da sociedade carece do suporte de uma certa base económica, assim sendo, a recuperação e o desenvolvimento económicos têm a ver com todas as áreas da sociedade. Isto não é só uma questão económica relevante, é também uma questão social importante.

Macau alcançou resultados evidentes na prevenção da epidemia e no seu combate, pois não há casos locais de Covid-19 há cerca de meio ano. Com a retoma dos vistos individuais para Macau em todo o país, já há condições para a recuperação económica. Assim sendo, apresento as seguintes três opiniões e sugestões:

1. Estar atento às mudanças do mercado de trabalho e à taxa de inflação. O emprego é a fonte principal de rendimento, tem a ver com a vida e o bem-estar da população, e é uma base para manter a estabilidade social. Face à insuficiência de esforços para a recuperação económica, à diferença entre os resultados e as previsões, à rara pressão enfrentada pelo mercado de trabalho ao longo de muitos anos, e à eventual subida contínua da taxa de desemprego, o Governo tem de prevenir, de todas as formas, uma maior deterioração do mercado de emprego. Além disso, com a redução mensal do índice de preços no consumidor, e a contínua fraqueza do ambiente macroeconómico, é possível que os preços entrem em deflação, e os preços dos activos enfrentem pressão.

2. Aumentar as receitas do Governo a médio e longo prazo. Neste momento de redução significativa das receitas públicas, é preciso prestar atenção à “poupança de recursos” e ao uso prudente do erário público. Porém, o mais importante é a “exploração de fontes de receitas”. Proponho ao Governo que, no planeamento e construção de algumas obras públicas, considere os diferentes modelos/opções, introduzindo valores económicos ou conceitos de eficiência, e tomando como referência os benefícios económicos que o investimento das finanças públicas pode trazer. Ao mesmo tempo que se reduzem os gastos do erário público, aumentam-se também as receitas do Governo a médio e longo prazo.

3. Participar activamente na “dupla circulação” da economia do Interior da China, com vista a uma maior integração no desenvolvimento nacional. Sob o princípio “um país, dois sistemas”, Macau possui um papel específico de plataforma e vantagens, assim, é necessário que o Governo e os diversos sectores da sociedade empreguem esforços

(Tradução)

conjuntos para abrir canais de circulação de recursos internos e externos, atraindo mais capitais do Interior da China e internacionais para investirem e se desenvolverem em Macau. Deve-se participar activamente no desenvolvimento económico de “dupla circulação” do País, para melhor servir a abertura do País ao exterior na actual nova situação e, ao mesmo tempo, promover o crescimento da indústria de Macau e criar novos pontos de crescimento económico.

IAOD do Deputado Iau Teng Pio em 16.10.2020

Promover ordenadamente os planos de pormenor com base num bom plano director

O planeamento urbanístico é um projecto para o futuro desenvolvimento da cidade. A Lei n.º 12/2013 - Lei do planeamento urbanístico refere que o Governo tem o dever de elaborar o plano director e os planos de pormenor, e no seu artigo 2.º estipula que o plano director é *“o plano urbanístico que estabelece o ordenamento do espaço físico de todo o território da Região Administrativa Especial de Macau, adiante designada por RAEM, e as condições de uso e aproveitamento dos solos, e prevê, globalmente, a organização racional das infra-estruturas públicas e dos equipamentos de utilização colectiva”*; enquanto que os planos de pormenor são: *“os planos urbanísticos que incidem sobre uma determinada zona do território, relativamente à qual definem, de forma pormenorizada, as finalidades e intensidade do uso dos solos, a implantação das infra-estruturas públicas e dos equipamentos de utilização colectiva, em função das disposições constantes do plano director”*.

Nos últimos anos, o Governo tem-se empenhado activamente na elaboração do plano director e, após vários anos de estudos, acabou por apresentar, em Abril deste ano, o documento de consulta, e em 4 de Setembro do corrente ano, iniciou a primeira consulta pública. O plano director tem em consideração as características das diversas zonas de Macau, incluindo os seus objectivos, posicionamento e distribuição do desenvolvimento urbano, aproveitamento dos terrenos, distribuição das indústrias, instalações e orientações técnicas, relacionados com todos os aspectos do ordenamento do espaço físico da RAEM, o uso e aproveitamento dos terrenos, sendo um plano com perspectiva macro para aproveitamento dos espaços.

O planeamento urbanístico é um trabalho fundamental para o desenvolvimento de Macau nas próximas décadas ou mesmo para os próximos cem anos, pelo que sou de opinião que deve ser feito com cautela. O plano director é um plano orientador, enquanto os planos de pormenor são planos de execução que devem ser desenvolvidos após a publicação do plano director, com vista a garantir uma elaboração científica e racional desses planos de pormenor, pois só assim é que Macau pode manter a sua posição e o seu prestígio enquanto cidade internacional. Por isso, o planeamento urbanístico tem de ser feito com cautela, deve ser primeiramente elaborado o plano director e depois, com base neste é que se deve elaborar, de forma ordenada, os planos de pormenor.